Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 27/09/2024

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na Sede da Junta de Freguesia, à Rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número onze, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Período antes da ordem do dia

a) Intervenção do público; .....

b) Intervenção dos Membros da Assembleia; .....

c) Informações;.....

Ordem do Dia

1. Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior; .....
2. Discussão e votação da 2ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2024 .....
3. Deliberação sobre a 2ª alteração do Mapa de Pessoal. .....
4. Relatório de Atividades e Situação Financeira da Junta .....

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia, Josué Lima Morais, António Alberto Alves de Sousa, Zita Helena Duarte Rodrigues Cardoso, André Ricardo Martins Viana Barbosa, Ângela Maria Pinto Ferraz, António Joaquim Teixeira da Mota, Florentino Paulo Mota da Silva, Hugo Alexandre Fernandes Peixoto, Juliana Cardoso da Silva, Manuel Almeida Costa, Maria de Fátima Plácido Aparício, Marco Gabriel Ramos Pinto, Tiago Filipe Ramalho Teixeira. Verificaram-se, também as seguintes substituições, ao abrigo do artigo número setenta e oito da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número Cinco – A de onze de Janeiro de dois mil e dois: do Partido Socialista (doravante designado por PS) André Adolfo da Silva Teixeira por David José Lopes Magalhães, Marta Andreia Ferreira Azevedo por Jorge Manuel Gonçalves da

Cunha Dias Fernandes e do Partido Chega (doravante designado por CH) João Pedro Ferreira Geraldes por Pedro Daniel Pedrosa Teles dos Santos.....

Período antes da Ordem do Dia

a) **Intervenção do público**

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Josué Morais, dando início à reunião, deu a palavra ao freguês Miguel Dias que se referindo aos espaços verdes da cidade cuja manutenção é da responsabilidade da Junta de Freguesia afirmou que estavam a necessitar de manutenção, dando como exemplo o jardim onde está o Pelourinho em frente da Igreja Matriz que estava atolado de lixo, destruído e que já não era limpo há muito tempo. Quanto ao jardim junto à Capela de S. Silvestre que acontecia o mesmo, flores partidas e relva sem manutenção. No que diz respeito ao lixo disse que a recolha do mesmo era insuficiente e que a varredura funcionava, mas também não era suficiente. Disse também que tinha sido entregue na Junta ou ia ser entregue um abaixo-assinado a dar conta de pequenas pestes, baratas e ratos na zona da Gandra. Perguntou ainda ao Sr. Presidente da Junta se já havia solução para as inundações que acontecem habitualmente no Inverno na rua de Rodrigues de Freitas considerando que Ermesinde nos tinha habituado a que todos os problemas fossem resolvidos antes das campanhas eleitorais.....

De seguida o Presidente da Junta, Miguel Oliveira, em resposta começou por parabenizar o freguês por ele ter trazido à Assembleia de Freguesia questões muito pertinentes relativas à cidade de Ermesinde. Afirmou que Ermesinde não o tinha habituado a resolver problemas em época de eleições e pelo contrário, que estava habituado a lutar e a procurar a resolução para eles, não lhe servindo, portanto, a carapuça. Quanto às chuvas e inundações, nomeadamente na rua de Rodrigues Freitas, disse que havia efetivamente alguns problemas que extravasam a competência da Junta, mas que dentro das competências da Junta estava previsto um plano ambicioso de desobstrução, de desentupimento e manutenção dos escoamentos das sarjetas perfeitamente desobstruídos para que, chovendo, seja mais fácil a água seguir em direção à rede de aguas pluviais e que a Junta não o fazia sozinha, faziam-no com a colaboração do Município de Valongo. No que diz respeito à existência de baratas e roedores confirmou receber reportes e que os tem encaminhado para a Câmara Municipal de Valongo que tem a competência de debelar esta questão. Disse ainda que o Executivo estava atento a estas

situações e que agradecia a todos Ermesindenses que, com regularidade, reportavam focos onde existem estes animais. Aproveitando a sua intervenção disse que havia uma grande diferença entre o que é recolha de resíduos sólidos versus varredura e extirpação de ervas na via pública porque a recolha de resíduos sólidos era da competência do Município de Valongo e a varredura e extirpação de ervas na via pública ser da competência da Junta de Freguesia de Ermesinde. Afirmou também ser difícil ou quase impossível manter as ruas limpas se todos os dias somos confrontados, enquanto comunidade, com pessoas que insistem em colocar os resíduos fora dos locais apropriados. Disse ainda que o modelo de recolha dos resíduos sólidos urbanos se encontrava na fase de adolescência, acreditando, no entanto, ser o modelo porta a porta o modelo de futuro. Considerou que a deposição de sacos de lixo em locais não apropriados leva que as gaivotas e matilhas de cães os rasguem espalhando-o nas ruas aumentando a dificuldade de se manter as ruas limpas. Relativamente ao jardim junto à Capela de S. Silvestre afirmou que esse jardim no interior da Capela era da responsabilidade da paróquia de Ermesinde, enquanto o jardim em frente da porta principal da Igreja de Ermesinde esse sim era da responsabilidade da Junta e onde pernoitam 2 pessoas na situação de sem abrigo que dificultam a limpeza desse jardim nomeadamente no que se refere ao lixo. Quanto aos sem-abrigo considerou que se o dinheiro resolvesse a situação, as principais cidades europeias, mais endinheiradas, já teriam resolvido este problema há muito tempo. No que diz respeito à habitação disse não estar na competência da Junta de Freguesia porque se o fosse tudo fariam para que houvesse mais habitação a preços acessíveis.....

De seguida Ângela Ferraz da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV (doravante designado por CDU) usou da palavra para falar da gestão de resíduos sólidos urbanos e manutenção de equipamentos, da informação relativa ao serviço municipal de Recolha de Monstros Domésticos, da questão das inundações das garagens da antiga Churrasqueira pelo rio Leça, dos pinos na rua Joaquim Ribeiro Teles e o espelho para visibilidade do trânsito ascendente em direção à Santa Rita (esta intervenção fica anexada à presente ata como **anexo número um** fazendo parte integrante da mesma). Ainda no uso da palavra, Ângela Ferraz (CDU) apresentou uma saudação pelos 45 anos do Serviço Nacional de Saúde (esta saudação fica anexada à presente ata como **número dois** fazendo parte integrante da mesma) .....

O Presidente da Junta tomou a palavra para responder às questões colocadas. No que se refere aos moloques removidos no Largo António Silva Canório, antiga feira, disse que foram

removidos à semelhança de muitos outros que são removidos a partir do momento que a Câmara Municipal fecha zonas de porta a porta e ser uma forma de incentivo à adesão ao projeto para que não haja duplicação de possibilidades, utilizar a porta a porta ou colocar o lixo de forma não separada. Quanto à recolha de monstros e divulgação disse passar essa sugestão ao Sr. Presidente de Câmara e que deduzia e acreditava no que lhe era transmitido que não foram colocados cartazes em todos os equipamentos de deposição de resíduos mas que de facto era uma campanha que tem sido divulgada e não propriamente uma campanha nova. Aproveitou a oportunidade e referiu que a Câmara Municipal tem um serviço gratuito de recolha de monstros na casa das pessoas bastando para isso telefonar para um número gratuito. Quanto ao rio Leça e à intervenção, que foi feita há anos, de desassoreamento do leito do rio disse concordar com Ângela Ferraz (CDU) relativamente às inundações das garagens do prédio da Antiga Churrasqueira, junto à ponte da Travagem e dizendo ao mesmo tempo que se calhar o prédio é que não deveria ter sido construído a 2 ou 3 metros do leito do rio. Aproveitou a oportunidade para elogiar o trabalho, realizado pela Associação do Corredor do Rio Leça, no que concerne à conservação, manutenção e promoção dum rio que já foi considerado o mais poluído da Europa, sendo monitorizado 24 horas por dia não só através de captação de imagens, mas também por guardas rios. Referiu ainda que a Associação intermunicipal em conjunto com a Junta de Freguesia e Câmara Municipal está a levar efeito a criação de leitos preferenciais de cheia ao longo de todo o rio de forma a mitigar os problemas resultantes de uma volumetria muito grande de água. Quanto aos pinos e ao espelho da rua José Joaquim Ribeiro Teles disse que foram substituídos já duas vezes e que agora ia perguntar aos serviços da Câmara Municipal se existia alternativa. Quanto ao buraco por de trás do eco ponto da rua Papa Pio XII pediu desculpa pois julgava que já estivesse resolvido pelo que agradeceu à Ângela Ferraz (CDU) o alerta porque lhe dava a oportunidade de pressionar os serviços municipais no sentido de reparar o referido buraco. No que diz respeito à fenda no muro do cemitério afirmou ser um problema que iam tentar resolver. Quanto à deposição de madeiras em frente à padaria na Travagem informou que aquele espaço é privado, mas que, no entanto, ia tentar encontrar uma solução para aquela situação junto dos serviços municipais ou junto mesmo do proprietário.....

Seguidamente usou da palavra Florentino Silva do Bloco de Esquerda (doravante designado por BE) para apresentar uma saudação aos 45 anos do Serviço Nacional de Saúde (esta saudação fica anexada à presente ata como **número três** fazendo parte integrante da mesma). No uso da palavra, ainda, Florentino Silva (BE) fez uma recomendação para se fazer frente à poluição do ar

(esta recomendação fica anexada à presente ata como **número quatro** fazendo parte integrante da mesma). Continuando no uso da palavra apresentou uma moção pela retirada da bandeira portuguesa ao cargueiro MV Kathrin pelo cumprimento pelo Estado português das Resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina (esta moção fica anexada à presente ata como **número cinco** fazendo parte integrante da mesma).....

De seguida o Presidente da Junta, Miguel Oliveira, em resposta ao eleito do Bloco de Esquerdo disse que este propriamente não tinha posto qualquer questão. Mas quanto à recomendação afirmou já ter sido pedido à Câmara Municipal de Valongo para que, depois de ser feito um levantamento dos espaços verdes, caldeiras, e árvores abatidas, fossem plantados 140 exemplares arbóreos .....

André Barbosa do Partido Social Democrata (doravante designado por PSD) usando da palavra começou por agradecer ao freguês que na assembleia de freguesia expôs algumas questões e reforçou o que o mesmo disse quando diz que o PS, pouco antes das eleições, inicia obras abruptamente enquanto esteve, nos 2 anos anteriores, parados. Quanto ao prazo médio de pagamento (2, 3 dias) da Junta de Freguesia disse não concordar com o prazo referido pelo Presidente da Junta porque pagar tendo como referência a data da fatura era diferente tendo como referência a data do fornecimento. Relativamente à recolha dos monstros disse que tinha relatos de pessoas que telefonaram para o número de telefone indicado para estas situações e que ficam por vezes à espera uma semana. Quanto à recolha da porta a porta afirmou ser uma ideia do Sr Presidente da Câmara, mas que em Ermesinde não correu e não corria bem porque as pessoas não têm espaço nas suas habitações e também por a cidade de Ermesinde ser extremamente pequena. Referindo-se à rua da Costa perguntou ao Sr. Presidente da Junta qual era a sua opinião acerca da transformação desta rua numa rua essencialmente pedonal de acesso condicionado, pois na sua opinião esta transformação não atingiu os objetivos previstos, reduzir o trânsito automóvel e ser uma rua mais segura. Relativamente às ervas perguntou ao Presidente da Junta se ele seria capaz de dizer quanto tempo demoraria a resolver este problema das ervas.....

Seguidamente o Presidente da Junta referindo-se aos monstros disse ser um problema, ou seja, a deposição ilegal de resíduos eram um problema que é enfrentado por todos nós, enquanto comunidade, discordando que a recolha porta a porta não resulte em Ermesinde sendo um processo que ainda não está finalizado. Disse ainda que o porta a porta está a ser implementado

no concelho de Valongo há 3 ou 4 anos, relativamente pouco e que não é um capricho do Sr. Presidente da Câmara, mas muito pelo contrário foi muito bem aconselhado pela Lipor. Quanto à rua da Costa reconhece que a sua remodelação não dá resposta para a qual foi pensada, uma rua preferencialmente para peões e acesso exclusivo a moradores, mas que tinha a certeza de que os técnicos municipais procurarão melhorias para todos arruamentos de Ermesinde. Disse, também, não aceitar a crítica que a cidade está inundada de ervas porque a cidade de Ermesinde compara bem com outras cidades nomeadamente com a cidade do Porto e da Maia. Referiu ainda que há muitas cidades europeias que não cortam as ervas, mas que não concordava com essa postura. Que o Executivo iria continuar a cortar as ervas na cidade e ao mesmo tentar melhores soluções.....

De seguida Hugo Peixoto (PSD) usando da palavra apresentou um voto de louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde pela sua ação valorosa no combate aos incêndios que deflagraram no nosso país no mês de setembro (este voto de louvor fica anexada à presente ata como **número seis** fazendo parte integrante da mesma).....

Pedro Santos (CH) no uso da palavra afirmou que a qualidade de vida dos fregueses de Ermesinde era afetada pelo estado lastimável da recolha do lixo na cidade e que a acumulação de resíduos nas ruas não só prejudicava a imagem de Ermesinde como significava um risco para a saúde pelo que era necessário tomar medidas para melhorar a eficiência e regularidade da recolha do lixo. Chamou, também a atenção, para a falta de mobiliário nas paragens do UNIR, obrigando muitos cidadãos a esperarem pelos autocarros por longos períodos sem qualquer abrigo ou assento. Continuando a sua intervenção Pedro Santos (CH) expressou a sua satisfação pela conclusão da obra da Quinta Rosa, uma requalificação que foi ao encontro das necessidades das populações da zona. Sugeriu, ainda, ao Executivo da Junta da Freguesia de Ermesinde, a criação de um mapa de todas as ruas indicando o estado atual dos passeios e pavimentos para melhor priorizar as áreas a ser futuramente objeto de intervenção.....

O Presidente da Junta, de seguida, agradeceu a intervenção de Pedro Santos (CH) e reconheceu que a recolha do lixo era um problema que tinha que ser debatido e que o ia referir na sua intervenção na próxima 2ª feira na Assembleia Municipal. Quanto às paragens do UNIR disse que já tinha questionado a Câmara Municipal relativamente à instalação de abrigos nas novas paragens. Relativamente à Quinta Rosa disse que obra de requalificação não fora executada pela Junta de Freguesia, mas pedida pela Junta e que esta já tinha recebido a obra por parte da

Câmara Municipal ficando a manutenção daquele espaço a cargo da Junta de Freguesia. Quanto ao levantamento do estado das ruas e dos passeios sugerido afirmou que a Junta não o tinha, mas que tinha a certeza de que a Câmara tinha esse levantamento podendo não ser exaustivo, mas que era com base nesse levantamento que priorizava as ruas que iriam ou não ser intervencionadas. O Presidente da Junta informou que tudo faria que no orçamento de 2025 fosse incluída a rua de Luanda, na Gandra, além de outras, dado que era, na sua opinião, a que precisava mesmo de ser reabilitada.....

De seguida André Barbosa (PSD) usou da palavra para dizer que o Presidente da Junta não tinha respondido à questão dos monstros e aproveitou para parabenizar mais uma vez o Executivo pela iniciativa passo a passo que tinha terminado no dia anterior.....

Ângela Ferraz (CDU) relativamente à plantação de 140 árvores disse ter ficado contente, mas que gostaria de saber quando é que seriam repostas as árvores que caíram ou foram abatidas na Vila Beatriz de forma que não fique ali mais um espaço para ser montado um palco para festas. No que diz respeito à implementação da recolha seletiva e sobre a retirada dos equipamentos disse que os mesmos só deviam ser retirados quando todas as pessoas tivessem condições de depositar o lixo num determinado sítio e se, relativamente à porta a porta, perguntou se iria ser obrigatório as pessoas aderirem ao programa. Quanto ao parque novo, na zona dos moinhos, afirmou esperar que o Executivo não se esqueça que aquele parque vai precisar de manutenção e que não seja votado ao abandono. Quanto à rua da Costa disse que realmente não tinha corrido bem e perguntou se a Câmara não tinha funcionários e técnicos competentes para fazerem um planeamento e implementação de um projeto que realmente funcionasse e que também gostaria de saber qual foi o interesse de colocar aquela rua como rua pedonal. Em relação às ervas disse que havia muito a aprender através de uma coisa chamada educação ambiental. Referindo-se à afirmação do Sr Presidente de Junta que disse que havia muitas cidades europeias que não cortavam as ervas e que não concordava, mas, segundo Ângela Ferraz (CDU) devia de concordar. Disse, ainda, que esta situação não era só um problema de Ermesinde, mas que infelizmente era um problema a nível nacional em que as pessoas parecem ter alergia ao ambiente, as árvores são cortadas de uma forma indiscriminada, que as podas não eram feitas por técnicos especializados e muitas vezes não sabem o que estão a fazer. Afirmou que se preocupava mais com implementação de jardins que não são mais que canteiros de cimento e pedra branca para diminuir custos com a sua manutenção. No entanto sugere que

se os custos de manutenção forem um entrave significativo então que se criem jardins com plantas silvestres que requerem menos manutenção, menos água e menos pessoas para os trabalharem.....

Presidente da Junta - Nesta sua intervenção esclareceu que, relativamente às cidades europeias que não cortavam as ervas, não concordava com esse procedimento. Disse também que relativamente à arborização da Vila Beatriz, tinha questionado na Assembleia Municipal o Sr. Presidente qual era o plano, tendo-lhe sido dito que já existia um plano de conservação, considerando o Sr. Presidente da Junta que não era só a plantação de árvores pois este jardim era um jardim de inspiração romântica que precisa de uma intervenção para readquirir o estatuto de outros tempos, mas que ia na próxima 2ª feira voltar a falar sobre este assunto. Afirmou, respondendo diretamente a Ângela Ferraz (CDU), que a recolha seletiva que está a ser implementada vai ser obrigatória conforme obriga Diretiva Europeia que foi transporta para legislação portuguesa que passa a obrigar que a gestão de resíduos seja feita de acordo com a mesma obrigando Portugal a cumprir metas europeias de recolha de resíduos e a implementar processos de reciclagem. Quanto à reposição de árvores disse, contrariamente ao que Ângela Ferraz (CDU) tinha afirmado, que havia um planeamento e um conjunto de propostas arrojadas da Câmara Municipal de Valongo que se chama em cada rua uma árvore e que a sua implementação ia começar por Ermesinde. Afirmou ainda que era uma aposta do Executivo a plantação de espécies autóctones de preferência com o objetivo de haver uma sadia convivência entre aquilo que é a propriedade privada e as árvores em contexto urbano dizendo também que quanto mais árvores existirem menor será a temperatura e melhor será a qualidade do ar. Informou a Assembleia de Freguesia que a Junta de Freguesia tinha adquirido um trator corta-relva para melhor manter os espaços verdes e ainda uma plataforma elevatória para se fazer podas das árvores no devido tempo sem depender de terceiros. Quanto à rua da Costa disse que também não concordava com a obra que foi feita referindo que esta mesma foi antecedida de uma consulta aos moradores e informou que ia haver uma intervenção na praceta de Moçambique onde numa consulta aos moradores só 40% responderam.....

De seguida David Magalhães (PS) interveio no sentido de propor que o voto de louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde proposto pelo PSD que fosse um voto representativo da Assembleia de Freguesia.....

O Presidente da Assembleia perguntou a Hugo Peixoto (PSD) se concordava que o voto de louvor apresentado fosse transformado num voto da Assembleia, o que respondeu afirmativamente. Não havendo mais intervenções a saudação aos 45 anos do Serviço Nacional de Saúde apresentada pela CDU bem como a saudação aos 45 Anos do Serviço Nacional de Saúde apresentada pelo BE foram votadas simultaneamente e aprovadas por unanimidade para discussão. Foi também admitida por unanimidade para discussão a moção pela retirada da bandeira ao cargueiro MV Kathrin, pelo cumprimento pelo Estado português das Resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina. Também o voto de louvor aos Bombeiros Voluntários de Ermesinde foi admitido para discussão. Após estas votações o Presidente da Assembleia de Freguesia interrompeu os trabalhos por 5 minutos.....

O presidente da Assembleia reatou os trabalhos da Assembleia e dado o adiantado da hora perguntou se a reunião podia continuar o que foi aceite pela Assembleia. Não havendo intervenções sobre a saudação aos 45 anos do Serviço Nacional de Saúde proposta pela CDU o Presidente da Assembleia pôs a mesma a votação sendo aprovada por maioria com 11 votos a favor (9 do PS, 1 da CDU e 1 do BE) e 5 abstenções (4 do PSD e 1 do CH). Relativamente à saudação aos 45 anos do Serviço Nacional de Saúde do BE o mesmo foi aprovado com 2 votos a favor (1 BE e 1 CDU) e 14 abstenções (9 do PS, 4 do PSD e 1 do CH). A recomendação Fazer Frente à Poluição do Ar não foi objeto de votação de acordo com os regulamentos. Quanto à moção pela retirada da bandeira portuguesa ao cargueiro MV Kathrin, pelo cumprimento pelo Estado português das Resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina, apresentada pelo BE, não havendo intervenções sobre a mesma foi posta a votação sendo aprovada por maioria com 11 votos a favor (9 do PS, 1 da CDU e 1 do BE) e 5 abstenções (5 do PSD e 1 do CH).....

Seguidamente David Magalhães (PS) fazendo uma declaração de voto sobre esta moção disse considerar que a Bandeira Portuguesa não deve estar em nenhum navio, cargueiro, que transporte armamento.....

Ângela Ferraz (CDU) também relativamente a esta moção fez uma declaração de voto onde diz que a CDU votou a favor por era contra a qualquer guerra, que não apoiavam a passagem em águas portuguesas de navios que transportem armamento e ostentem a bandeira portuguesa. Que defendem que o Estado Português deve reconhecer o Estado da Palestina, o fim da guerra e a libertação do povo palestino.....

O Presidente da Assembleia de Freguesia depois de referir que tinha sido acordado que o voto de louvor aos Bombeiros Voluntários de Ermesinde seria em nome da Assembleia e não havendo intervenções sobre o mesmo pô-lo a votação sendo aprovado por unanimidade.....

b) Informações

Neste ponto interveio o Presidente da Junta para dar nota da caminhada solidária organizada pela Junta de Freguesia e em conjunto com farmácia Sá da Bandeira cuja receita reverte a favor dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde. Disse ainda que no passado dias 13 de setembro fora realizado o passeio sénior a Fátima que contou com cerca de 800 Ermesindenses, tendo corrido muito bem e que a última caminhada do passo a passo, realizada, no dia anterior, uma iniciativa que considera fantástica, promovida pela Junta de Freguesia tinha levado cerca de 350 pessoas a caminhar pelas ruas da cidade de Ermesinde.....

Ordem do Dia

1. **Discussão e Aprovação Ata da reunião anterior**

2. Não havendo intervenções sobre este ponto, a ata foi aprovada por todos aqueles em condições legais de a poder votar.....

Não votaram em virtude de não terem participado na reunião da Assembleia de 29/06/24 Ângela Maria Pinto Ferraz (CDU), Florentino Paulo Mota da Silva (BE), Maria de Fátima Plácido Aparício PSD) e Jorge Manuel Gonçalves da Cunha Dias Fernandes (PS) .....

3. Discussão e votação da 2ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2024

Não havendo intervenções acerca deste ponto foi o mesmo posto a votação sendo aprovado por maioria com 11 votos a favor (9 do PS, 1 da CDU e 1 do BE) e 5 abstenções (4 do PSD e 1 do CH) .....

4. **Deliberação sobre 2ª alteração ao Mapa de Pessoal**

Sobre alteração ao Mapa de Pessoal não havendo nenhuma intervenção o Presidente da Assembleia de Freguesia pôs a mesma a votação sendo aprovada por maioria com 12 votos a favor (9 do PS, 1 da CDU, 1 do BE e 1 do CH) e 4 abstenções do PSD.....

5. Relatório de atividades e Situação Financeira da Junta

O Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde sobre o relatório de atividades, disse que no período em análise o saldo orçamental era de 50 326 euros, ou seja, a receita corrente superior à despesa corrente. Que neste período fora feito um investimento de 104 592 euros. Que neste valor não estava contemplada a aquisição de um veículo ligeiro com plataforma elevatória destinado a podas das árvores.....

Ainda antes de encerrar a reunião o Presidente da Assembleia disse que a próxima reunião da Assembleia coincidia com a época do Natal e para que as pessoas pudessem, desde já, ajustar as suas agendas, informou que a referida reunião seria no dia 30 de dezembro.....

Nos momentos finais da reunião Tiago Teixeira (PSD) alertou para a duração das assembleias pelo que sugeriu que se devia rever a forma de funcionamento das assembleias.....

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Josué Morais, reconhece que a duração da Assembleia tinha resvalado um pouco. Disse ainda que já por 2 vezes, relativamente ao regimento, tinha colocado a questão, de eventual alteração, no início dos mandatos e que só não tinha apresentado qualquer iniciativa pelo facto do PS ter maioria absoluta e que seria pouco democrático impor um regimento. Não havendo mais nenhum assunto a tratar deu por terminada a reunião da Assembleia.....

O Presidente: _____

O Primeiro secretário: _____

O Segundo Secretário: _____

Anexo 1/1

Exmo. Senhor Presidente,

Senhores membros da Junta e da Assembleia de Freguesia,

Meus senhores e minhas senhoras,

- A boa gestão de resíduos urbanos e a manutenção dos equipamentos são questões cruciais para a qualidade de vida na cidade. Sempre nos opusemos à adjudicação a empresas privadas desta competência, sabendo que resultaria em recolha insuficiente e em equipamentos degradados, pouco cuidados e sujos. É que a manutenção e substituição dos equipamentos tem custos e reduz-se ao mínimo ou não se faz, quando o objetivo é o lucro e não a qualidade do serviço. São notórios a recolha insuficiente, os equipamentos degradados e também, a falta de civismo por parte de alguns cidadãos.-Dou um exemplo: No largo da feira velha foi retirado um moloque que ainda não foi substituído, obrigando os moradores a procurar outro local para colocar o lixo. A Junta é conhecedora desta situação? Por que razão não se substituiu ainda o equipamento? O que pretende a Junta fazer relativamente a esta situação e a outras semelhantes?
- Na Assembleia de Freguesia de 29 de abril questionamos o Senhor Presidente da Junta sobre a colocação de informação relativa ao serviço municipal de Recolha de Monstros Domésticos, como forma de sensibilização para a sua existência. O Senhor Presidente disse que já tinha sido colocada essa informação junto dos ecopontos, mas a verdade é que não foi colocada em todos. Foram escolhidos os locais mais problemáticos, onde são constantemente depositados os trastes mais variados. Perguntamos se os moradores não merecem essa informação, independentemente do local onde residem? E se a despesa para colocar a sinalética em todos os ecopontos seria assim tão elevada para a Câmara? Será que este investimento não seria recuperado a curto prazo e benéfico para a cidade? Aproveitamos para lembrar que, em 23/12/2022, fizemos uma recomendação para a realização de uma campanha de informação e sensibilização relativa à utilização dos ecopontos e do serviço camarário Recolha de Monstros Domésticos. Aproveitamos para sugerir à Junta que questione a Câmara sobre a possibilidade de publicar essa informação junto com a fatura da água, visto que os todos pagamos uma taxa para a recolha dos resíduos sólidos.
- Há 3 mandatos atrás, foi feita no rio Leça, junto à Ponte da Travagem, uma intervenção, em que se procedeu ao afundamento do leito do rio, numa tentativa de resolver a questão das inundações nas garagens do prédio da antiga Churrasqueira. Os moradores dizem que, nos últimos invernos, não tem havido inundações, mas alertam para o estado da vegetação junto

do rio, que está enorme, o que poderá propiciar a acumulação de água e provocar novas inundações na época de chuvas e cheias.

- Na assembleia da freguesia de 29 de abril informamos a Junta que à saída do Hipermercado Mercadona para a Rua Joaquim Ribeiro Teles os pinos da divisória da via e o espelho para a visibilidade do trânsito ascendente em direção à Sta. Rita se encontravam partidos. Em poucos dias foram substituídos e em poucos dias foram, novamente, partidos. Esta semana foi, novamente, colocado um espelho. Até quando esta situação da "parte e substitui" se vai manter? Está pensada alguma alternativa mais duradoura e com menos custos para os contribuintes? Na mesma assembleia alertamos para a existência de um buraco no chão, na parte de trás do ecoponto, situado na Rua Papa Pio XII, e que se encontrava coberto por uma tábua. Nada foi feito e, entretanto, a vegetação tomou conta do espaço e o buraco já não é visível, mas existe, podendo colocar em perigo quem lá vai colocar o lixo. Alertamos, também, que no mesmo local, o muro do cemitério tem uma fenda e pode estar em vias de desabar. Queremos saber se estão previstas obras e para quando e relembramos que se aproxima mais uma época de chuvas.
- Informamos a Junta de Freguesia, para que possa tomar as medidas adequadas, que se encontra depositada, recorrentemente, uma grande quantidade de madeira, que nos parece resultante da construção civil, no espaço público frente à Padaria Lino, na Travagem Segundo consta no Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos e Higiene e Limpeza Pública, CAPÍTULO XI, Artigo 23.º, é proibido: a) Colocar, na via pública, quaisquer resíduos fora dos equipamentos referidos no artigo 9.º (referente aos equipamentos de recolha, etc.). O depósito deste material deverá ser efetuado no ecocentro, que possui a recolha seletiva multimaterial.

Ermesinde, 27 de setembro de 2024

Pela CDU

Ângela Ferraz

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Exmo. Senhor Presidente,

Senhores membros da Junta e da Assembleia de Freguesia,

Meus senhores e minhas senhoras,

45 anos do Serviço Nacional de Saúde

Saudação

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) criado oficialmente em 1979, comemora este ano o seu quadragésimo quinto aniversário e é uma das grandes conquistas da Revolução de Abril. Desempenha um papel crucial na garantia do direito à saúde para todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica ou social.

Podemos destacar a sua importância em vários aspetos:

Acesso Universal e Gratuito - O SNS assegura que todos os cidadãos tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, sem discriminação. Este acesso universal e gratuito é fundamental para a promoção da equidade na saúde, permitindo que todos, desde os mais vulneráveis aos mais privilegiados, recebam os cuidados necessários;

Redução das Desigualdades - O SNS tem sido, e deverá continuar a ser, um instrumento vital na redução das desigualdades sociais em Saúde. Ao proporcionar cuidados de saúde acessíveis a toda a população, o SNS ajuda a mitigar as disparidades que existem entre diferentes grupos socioeconómicos;

Melhoria da Qualidade de Vida - Desde a sua criação, o SNS tem contribuído decisivamente para a melhoria da qualidade da saúde dos portugueses, através de programas de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento eficaz, contribuiu para o aumento da esperança de vida e para a redução da mortalidade infantil e das doenças crónicas;

Promoção da Saúde Pública - Além dos cuidados individuais, o SNS desempenha um papel essencial na promoção da Saúde Pública. Campanhas de vacinação, programas de prevenção de doenças e iniciativas de educação para a saúde, são algumas das ações que têm um impacto positivo na saúde da população em geral;

Eficiência e Sustentabilidade - O SNS é reconhecido internacionalmente pela sua eficiência. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o SNS português é um dos sistemas de saúde mais eficientes do mundo, o que reflete a sua capacidade de fornecer cuidados de alta qualidade de forma sustentável;

Em resumo, o Serviço Nacional de Saúde é a pedra angular do sistema de saúde em Portugal. A CDU

defende a sua continuação, o seu reforço com mais profissionais, a redução das horas de trabalho e o pagamento justo de salários a todos os que nele trabalham.

O SNS tem sofrido ataques continuados, conduzidos por sucessivos governos, a favor de lobbies económicos, como os hospitais privados e as seguradoras, interessados num serviço nacional de doença e não de saúde. As campanhas de descredibilização e o desinvestimento no SNS têm sido uma constante. Cada vez mais, a doença é um negócio. Os interesses privados são postos acima do interesse público, aparecendo agora como os salvadores de um serviço que nos querem fazer crer ser insuficiente.

Devemos, enquanto cidadãos, lutar por manter esta conquista de Abril, de forma a garantir a todos o acesso a um serviço de Saúde público, de qualidade, universal e gratuito.

Ermesinde, 27 de setembro de 2024

Pela CDU

Ângela Ferraz

Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Saudação

45 anos do Serviço Nacional de Saúde

Foi em 15 de setembro de 1979 que pelo ministro António Arnaut e com base no artigo 64º da Constituição da República, foi criado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), através da Lei nº 56/79 que nunca chegou a ser completamente regulamentada.

O que era a situação sanitária no país antes da madrugada libertadora do 25 de Abril fica bem demonstrada nas memórias de Francisco Neto de Carvalho, ministro do regime fascista de Salazar entre 1963 e 1968: "***tempos em que não se falava no direito à saúde, cada um tratava de si e o Estado ou outras instituições como as misericórdias acudiam graciosamente, numa base de caridade, aos mais necessitados. Por isso a saúde estava integrada na Subsecretaria da Assistência do Ministério do Interior***". Em 1962 tinha sido criada a Direção Geral dos Hospitais, mas sem quadro de pessoal. Em 1965, um Plano Nacional de Vacinação contra algumas doenças infeciosas na infância só avançou com o subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Apesar das forças políticas da extrema-direita defenderem o regime salazarista, a verdade é que num relatório elaborado por Melo Caeiro em abril de 1966 sobre uma epidemia na Maternidade Magalhães Coutinho foi escrito: "*não há berços suficientes, a roupa das camas das mães não é mudada diariamente, a sala de banhos das crianças esteve sem água quente durante meses por avaria do termoacumulador, há fraldas a serem usadas durante 24 horas, faltam utensílios de cozinha e seringas, pelo que são usadas em vários doentes*" (in "Correspondência do Ministro da Saúde e Assistência dirigidas a Salazar" - Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Em 1968 as dívidas dos três principais hospitais centrais, Santa Maria, S. João e Civis de Lisboa eram superiores a 65 mil contos. Em 1971 o Decreto Lei nº 413 definiu um Sistema Nacional de Saúde que incluía as empresas privadas. Só em 1973 é que surgiu pela primeira vez um Ministério da Saúde dotado de lei orgânica. A mortalidade infantil era das mais elevadas da Europa.

A lei que criou o SNS há 45 anos dizia: "**incumbe prioritariamente ao Estado disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o SNS**" (art.º 64º nº3 d**).**

Mas a Lei de Bases da Saúde nº 48/90 do governo PSD trocou tudo: "**o Estado apoia o desenvolvimento do sector privado de prestação de cuidados de saúde ... em concorrência com o sector público**" (Base 37 nº 1). E com tais orientações, os serviços e os recursos públicos foram facilmente capturados pelo "negócio privado da doença": de cada 10 euros do orçamento da saúde, mais de 4 euros passaram a ser gastos em faturas dos privados. Os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) nas mãos dos privados custaram 489 milhões € em 2019, a que se somaram 262 milhões € em hemodiálises. Foram desenvolvidas parcerias público-privadas (PPP) e criadas deduções fiscais para o sector privado. A acessibilidade condicionada em certos subsectores de saúde conduziu ao número brutal de 6 milhões de episódios de urgência/ano nos hospitais do SNS. A financeirização da saúde passou a ser a marca do

sector. E aos médicos, enfermeiros e outros profissionais do sector público não foram aplicadas carreiras e salários motivadores.

A questão central sobre o futuro de SNS é a relação entre o Estado e o sector privado empresarial. Com a aprovação da nova Lei de Bases da Saúde em 2019 (Lei nº 95/2019) foi explicitada na sua Base 6 que a responsabilidade do Estado pela realização do direito à proteção da saúde concretiza-se **primeiramente através do SNS e de outros serviços públicos**, podendo de forma **supletiva e temporária** ser celebrados acordos com entidades privadas e do sector social, **em caso de necessidade fundamentada**.

A Assembleia de Freguesia de Ermesinde reunida em sessão ordinária em 27/9/2024, DELIBERA:

- Saudar a criação há 45 anos do SNS como serviço público de saúde, geral e universal;
- Manifestar todo o apreço e reconhecimento aos seus profissionais pelo empenhamento e dedicação;
- Pugnar pela implementação dos valores e princípios da nova Lei de Bases da Saúde (Lei 95/2019)

O Representante do Bloco de Esquerda,

Anexo 4

Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Recomendação

FAZER FRENTE À POLUIÇÃO DO AR

> *"Investir em ar limpo salva vidas de pessoas, combate as alterações climáticas, fortalece economias, constrói sociedades mais justas e promove os objetivos de desenvolvimento sustentável"*
>
> ***António Guterres**, Secretário Geral da ONU*

7 de setembro foi o Dia Internacional do Ar Limpo, data designada pela Assembleia Geral da ONU em 19 de dezembro de 2019.

Na mensagem de 2024 sobre este evento, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, refere que o ar poluído provoca anualmente em todo o mundo mais de 8 milhões de mortes prematuras, das quais 700.000 são crianças com menos de cinco anos. E salienta que é possível e necessário fazer frente a esse assassino silencioso que é a poluição.

A poluição do ar aquece o planeta, aprofunda a crise climática e já é o segundo principal fator de risco de morte, sendo responsável por 48% da doença pulmonar obstrutiva crónica a nível mundial. No nosso país, de acordo com o Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde (IHME), a exposição média anual de cada pessoa é 1,7 vezes (quase o dobro) da indicada pela Organização Mundial de Saúde e têm ocorrido 20 mortes por 100.000 pessoas, atribuíveis à poluição por partículas finas (PM 2,5). Os dados sobre anos de vida perdidos com outros poluentes, como o dióxido de azoto (NO2) e ozono (O3), são também preocupantes. E a Agência Europeia do Ambiente na sua publicação *"Air pollution and children's health"* de Abril de 2023 realça a especial vulnerabilidade das crianças face à poluição do ar.

Na sua mensagem deste ano, o Secretário Geral das Nações Unidas incita os decisores políticos e as empresas a abandonar progressivamente os combustíveis fósseis, a estimular o recurso às energias renováveis, a disponibilizar modos de transporte não poluentes, entre outras medidas.

Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Dando sequência às chamadas de atenção da ONU, para além das ações da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) entidades a quem foram atribuídas competências para assegurar a qualidade do ar, impõe-se uma intervenção mais decisiva das autarquias.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, reunida em sessão ordinária a 27 de setembro de 2024, delibera **RECOMENDAR ao Executivo da Junta de Freguesia de Ermesinde que**:

1. **Promova a criação de espaços verdes, atendendo à significativa densidade populacional, como é o caso da área da Gandra;**
2. **Evite a destruição de espaços verdes, assegurando que não sejam transformados em locais áridos; em vez disso, proceda à plantação de plantas autóctones, evitando a instalação de canteiros em cimento ou outros materiais semelhantes;**
3. **Trabalhe em conjunto com o Executivo do Município de Valongo para definir "zonas de ar limpo" nas imediações de escolas, jardins de infância e outros locais sensíveis, de forma a limitar a circulação de veículos poluentes e a implementar outras medidas, tais como a criação de espaços verdes, para proteger as crianças e adolescentes da poluição atmosférica.**

O Representante do Bloco de Esquerda,

Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Moção

Pela retirada da bandeira portuguesa ao cargueiro MV Kathrin
Pelo cumprimento pelo Estado português das Resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina

O navio MV Kathrin IMO9570620 que navega sob bandeira portuguesa largou de Hai Phong no Vietname em 22/7/2024 e dirige-se a Bar, principal porto de mar do Montenegro. Transporta uma carga mortífera de toneladas de explosivos para Israel, componentes-chave para as bombas e mísseis que têm estado a ser lançados contra escolas, hospitais e campos de refugiados em Gaza na campanha genocida contra os palestinianos, como alertou recentemente Francesca Albanese, relatora especial da ONU para os territórios palestinianos ocupados.

Este cargueiro de 7.000 toneladas e 130 metros de comprimento foi construído em 2010 em estaleiros da China e o proprietário é a Concord Shipping, da Alemanha. Já teve três nomes diferentes e arvora o pavilhão português obtido no registo internacional de navios da Madeira (MAR). Trata-se duma "bandeira de conveniência", prática de registar o navio mercante em territórios (como a Libéria, Bahamas, Filipinas, Malta e também a Madeira) que não sejam o do proprietário ou armador. A finalidade deste registo é fugir a obrigações legais em matéria laboral, ambiental e de segurança marítima. Navegam com tripulação reduzida, mal paga e submetida a longas jornadas de trabalho. Incumprindo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (artº 9º), a fiscalização pelo país da bandeira é pouca ou nenhuma.

Em 5 de abril deste ano o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou a Resolução A/HRC/55/28 sobre a "**situação dos direitos humanos no Território Palestiniano Ocupado, incluindo Jerusalém oriental, e a obrigação de garantir a responsabilização e justiça**" na qual exige a Israel, potência ocupante, que termine a sua ocupação do território palestiniano, incluindo Jerusalém Oriental. Para além de exigir ao governo de Israel o levantamento do bloqueio à faixa de Gaza e a cessação imediata de todas as formas de punição coletiva, a Resolução de 5 de abril "**exorta todos os Estados a que ponham fim à venda ou entrega de armas, munições e outros equipamentos militares a Israel, potência ocupante, a fim de prevenir novas violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos**" (ponto 14.)

Na sequência das decisões do Conselho de Direitos Humanos o governo da Namíbia, para não ser cúmplice dos crimes de guerra cometidos por Israel contra o povo palestiniano, não permitiu que o navio MV Kathrin com dezenas de contentores com TNT e outros explosivos atracasse num porto do país, no trajeto a caminho de Montenegro.

O governo português já admitiu, ao contrário do que afirmou numa primeira interpelação, que o navio MV Kathrin sob bandeira de Portugal, transporta efetivamente explosivos e outras matérias perigosas, que serão obviamente utilizadas pelo governo de Israel para massacrar a população civil palestiniana, crianças, mulheres, idosos, trabalhadores de organizações humanitárias, funcionários das Nações Unidas e jornalistas. Impõe-se então que o governo português dê cabal cumprimento às Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Conselho dos Direitos Humanos (como a A/HRC/RES/55/30) que reafirmaram o direito inalienável, permanente e incondicional do povo palestiniano à livre determinação, incluindo o seu direito a viver em liberdade, justiça e dignidade e o seu direito a um Estado da Palestina independente.

Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Assim, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde reunida em 27/9/2024, DELIBERA manifestar ao governo:

- a urgência em retirar a bandeira portuguesa ao navio MV Kathrin que transporta explosivos e outra carga letal com destino a Israel, em flagrante violação de Resoluções do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas;

- a necessidade de serem emitidas normas que impeçam o envolvimento de embarcações com bandeira portuguesa ou outros meios no apoio à máquina de guerra de Israel contra o povo da Palestina

A/O representante do BE

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Voto de louvor

A bancada do Partido Social Democrata da Assembleia de Freguesia de Ermesinde propõe um voto de louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde (AHBVE), pela sua ação valorosa no combate aos incêndios que deflagraram no nosso país neste mês de setembro.

O voto de louvor proposto a esta assembleia de freguesia visa enfatizar as mulheres e homens, que compõem esta corporação, que fazem da sua coragem, um exemplo para a sociedade, pois promovem a solidariedade e são um modelo claro para cada um de nós.

Todos os quantos fazem parte desta corporação, valorizam não só a instituição, mas também enchem de orgulho os ermesindenses e os valonguenses. A atual corporação prestigia inequivocamente os seus fundadores e enfatiza a importância desta associação humanitária na sociedade atual.

A perseverança e a resiliência de cada um destes soldados da paz fez com que fossem salvas muitas vidas e bens materiais, que são um bem precioso e merecem ter o reconhecimento devido, das comunidades onde estão inseridas.

O voto de louvor, atenta também, na relevância que esta mesma instituição tem no quotidiano das pessoas. O serviço que diariamente prestam é fulcral para a comunidade e eleva a importância da AHBVE para a comunidade.

Ermesinde, 27 de setembro de 2024

Eleitos pelo PSD